

K, DE BERNARDO KUCINSKI, E O PORQUÊ DE AINDA SE FALAR EM DITADURA MILITAR

Maurin de Souza*

Resumo:

O presente trabalho é uma forma de lembrança para evitar o esquecimento e a repetição. Mais que lembrar os cinquenta anos do golpe militar brasileiro, objetivo a partir da leitura de *K*, estabelecer um diálogo entre o conceito de contemporâneo, explicitado por Giorgio Agamben, e o caráter reminescente do romance publicado em 2011, por Bernardo Kucinski. Resgatar por meio do testemunho os traumas dos vinte e um anos de poder arbitrário instaurado no País é, ainda que doloroso, imprescindível: aparentemente distintos, os modos de opressão e de silenciamento perduram, e é dever da literatura mostrá-los. Por que retomar traumas, por que não deixar no passado o que a ele pertence e por que exaltar a busca de um pai por sua filha são latentes indagações que, refletidas, justificam-se a fim de que mais pessoas deixem de inexistir ou de desaparecer, como foi o caso da filha de *K*.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Bernardo Kucinski. Ditadura militar. Contemporâneo.

O passado é mudo?
Ou continuamos sendo surdos?
(Eduardo Galeano)

Falar de contemporâneo é falar do *ainda*. Ampliada essa relação, sem deixar que o olhar escape, é falar do que incomoda, do que movimenta, do que está incompleto, do que toca. Do que, próximo ou não, toca. E ser contemporâneo, o que é? Eu poderia, quem sabe, indagar de outro modo: a que se é contemporâneo? Para mim, é reconhecer o espaço em que vivo e torná-lo motivo de questionamento. Mais que perceber as luzes, como afirma Agamben, é reparar nos escuros, isto é, naquilo que foge à percepção dos olhares menos atentos. É estar atento, mas escolher estar atento.

A ditadura militar do Brasil me afeta. Retifico e antecipo: todo e qualquer atentado e desprezo ao Outro me afeta. Meu recorte, hoje, é o regime autoritário instaurado no País durante os anos de 1964 a 1985. Eu não era nascida, mas ele de igual forma me toma: inexistir, tragédia, difíceis, tumulto, desaparecer, monólogo, subversão, denúncia, engajar, esconderijo, mistério, suspeitas, incerteza, medo, censura, tortura, terroristas, vestígios, algozes, guerra, existir, cegos, alienados, traidor, morte, suicídio, desespero, clandestina, silêncio. Liberdade. Essas são algumas das palavras que formam um pequeno mapeamento lexical que fiz de *K*. – *relato de uma busca*. Trouxe-as como justificativa para iniciar os porquês de as mais de duas décadas de exercício extremista de poder serem tão caras para

* Graduada em Letras pela PUCRS e mestranda em Teoria da Literatura pela mesma Universidade. Bolsista CNPq e integrante dos Grupos de Pesquisa *Limiares Comparatistas e Diásporas Disciplinares: Estudo de Paisagens Identitárias na Contemporaneidade*, *Cartografias Narrativas em Língua Portuguesa: Redes e Enredos de subjetividade*, *Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea*. E-mail para contato: maurindes@hotmail.com

mim, mesmo, e é possível que principalmente por isto, que revelem descaso e crueldade – revelados ao longo das quase duzentas páginas deste testemunho que vinte e nove anos depois do término da ditadura civil ainda suscita pavor e choque, talvez, penso, porque as condições que originaram esse mal perdurem.

A perda nos movimenta. O desaparecimento repentino da filha fez K., além de buscá-la insistentemente, rememorar episódios da sua vida e da de *mein tiere techeter*⁴¹. Percebe, com isso, e até admite com certo pesar, que não deveria ter se dedicado tanto ao iídiche e à literatura: ao sentir seu peito apertar por conta da ausência inexplicável da filha, assume que não a conhecia tão bem, ainda que o narrador revele ser ela a sua preferida, muito porque a mãe, depressiva por conta de um câncer e do extermínio total de sua família na Polônia, desprezava-a. Uma língua morta, K. dispensava considerável tempo à língua que poucos judeus ainda usavam. Culpa-se por isso, já que se tivesse acompanhado não só as atividades da filha, mas também a então situação política do País, é provável que, pelo menos, soubesse o seu paradeiro e não se surpreendesse ao descobrir que ela havia se casado. A esperança que não morre dentro de K., sei, é o contraponto à realidade mais cruel para um pai a que é negado até o sepultamento da filha. Tem seu pedido de reverenciá-la com uma *matzeivá*⁴² negado:

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano da sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. (2014, p. 78-79)

E foi desaparecida. Para o rabino, se não há corpo, não há lápide. As tentativas de K. para de algum modo não deixar que a lembrança da filha fosse dizimada reforçaram a incapacidade do saber rabínico de encarar a realidade e de pautar suas decisões pensando nas pessoas, não em preceitos estáticos e unilaterais. Ao lembrar que no Cemitério do Butantã, sem haver corpos, foi erguida em homenagem aos mortos do holocausto uma grande lápide, é injuriado pelo rabino, que rebate afirmando que nada poderia ser comparado a essa barbárie, a esse mal absoluto, e que, na verdade, o pai somente deseja erguer um monumento em deferência à filha. “Mas ela não era comunista?” (Kucinski, 2014, p. 82), questiona. O diálogo estabelecido pelo pai entre o mal absoluto de 1939 a 1945 e o de 1964 a 1985 é bastante claro: militante polonês, judeu, preso, fugitivo, novamente traça paralelos entre sua vida e a de sua filha. Percebe-se parecido com ela,

⁴¹ Minha filhinha querida, conforme tradução do autor (2014, p. 174).

⁴² Lápide colocada no túmulo, em geral um ano após o sepultamento (2014, p. 77)

embora o narrador nos afirme que ele não a conhecia plenamente. No resgate que faz de sua história, encontra o que poderia ter sido a de sua *mein tiere techeterl*: “A cada passo em direção a essa ala K. retrocedia na memória aos tempos de sua própria prisão na Polônia. Lembrou-se novamente de quando o arrastaram acorrentado pelas ruas de Wloclawek para humilhá-lo perante os comerciantes.” (Kucinski, 2014, p. 172).

Trazer à tona o testemunho acerca de um acontecimento vinculado a um momento histórico do País é conferir à literatura um papel social. Ouso dizer que é exigir dela o cumprimento de uma função que também é sua. Acredito que a literatura tem um caráter denunciativo, e enquanto literatura de testemunho não se apresenta apenas como arte pela arte: a sociedade está sendo questionada, a realidade está sendo confrontada e a perspectiva dos excluídos, exaltada. A linguagem do testemunho está associada ao trauma, portanto o texto não mostrará uma escrita voltada à apreciação descompromissada, uma vez que perdas ali estão sendo narradas. Os relatos presentes em *K.* permitem-nos ter acesso aos interiores de toda a barbárie que foram as duas décadas de regime autoritário seja pelo depoimento do narrador que nos mostra a angústia do pai, seja pelo discurso direto de personagens que estavam do lado oposto ao de K.: a amante apaixonada pelo *mostro* que, ela sabia, torturava e assassinava e os homens (como Rocha e Mineirinho) que cumpriam ordens e recebiam os *elementos* a serem torturados.

Jaime Ginzburg explica que

A escrita do testemunho não se restringe ao depoimento direto, mas deve passar por elaboração atenta dos recursos de linguagem escolhidos. Um real traumático exposto pode não ser compreendido e, ainda, não ser aceito, quando seu impacto é intolerável. A configuração discursiva pode aumentar a capacidade de preservar o teor do que foi vivido junto à memória do público. A memória do testemunho desconstrói a história oficial e a presença do estético pode cumprir um papel ético. (Ginzburg, 2012, p. 56-57)

Como representante de uma voz que foi silenciada, K., ao seguir as indicações dos informantes, vai mapeando aspectos do sistema e do que ele causava durante os anos de chumbo: as armadilhas preparadas para os familiares que, desesperados, buscavam algum rastro de seus parentes, o preconceito dos vizinhos que emergia pela desconfiança, a culpa por não continuar a procura, a impossibilidade de sequer poder dar um fim justo ao seu morto, a dissimulação dos militares quanto ao destino dos desaparecidos. Além disso, outros episódios de semelhantes características ajudam a compor esse relato, como a Revolução dos Cravos, a Segunda Guerra Mundial e a ditadura militar argentina, com as mães da Praça de Maio. Pelo horror que esses eventos representam, e muito porque

também temporalmente se aproximam, eles vêm à mente de K.. Simplesmente vêm. “O século XX se estabeleceu como tempo propício para testemunho, em virtude da enorme presença das guerras e dos genocídios.”, afirma Ginzburg (2012, p. 55).

K. escolheu não contar a seus filhos acerca da perda de suas irmãs na Polônia, nem a esposa quis relatar sobre o extermínio da família inteira no holocausto. O resgate mnemônico desse pai é uma forma de testemunhar, ainda que sutilmente, seu papel como sobrevivente do mal absoluto. Duplamente, então, percebo a essencialidade de reparar no escuro do meu tempo, que, ao contrário do que traz Agamben, não é cesura. Sinto-me parte dos tempos evidenciados em *K.*: “Um homem inteligente pode odiar o seu tempo, mas sabe, em todo caso, que lhe pertence irrevogavelmente, sabe que não pode fugir ao seu tempo.” (Agamben, 2009, p. 59). Porque não quero fugir ao meu tempo, escrevo. Diferentemente de *K.*, que fechou os olhos para seu entorno por conta da literatura, convido à reflexão por entender que pelo reparo e pelo diálogo as condições que originaram todo o caos que foram os eventos já citados do século passado se repitam. O olhar para as trevas a que o filósofo italiano se refere é estar à altura de transformar o tempo, de consertar as vértebras fraturadas.

A sociedade comete um crucial erro ao impor que todos somos iguais. Não somos iguais. Todos somos muitos, distintos, plurais. É na diferença que nos reconheceremos. As fraturas de meu tempo residem na anulação do diferente. As condições que propiciaram os extremismos políticos, religiosos e econômicos do século XX – parece-me que eles *ainda* pulsam – revelam-se na incapacidade de reconhecimento e de respeito ao Outro. No capítulo “A reunião da congregação”, em que se discute o afastamento da filha de *K.*, professora da Universidade de São Paulo, o depoimento do professor Giesbrecht, a ser imaginado pelo narrador, é bastante elucidativo: “O regulamento é claro e taxativo. E mais, como diretor do Instituto, se não demitir posso ser acusado de prevaricação. [...] Sempre o nosso dever, como cientistas, é o de preservar a instituição.” (Kucinski, 2014, p. 157).

Ginzburg argumenta que

[...] as instituições políticas, incluindo os partidos, têm sua história associada à ausência de um limite claro entre o institucional e o pessoal, o público e o privado, herança dos períodos colonial e imperial. Essa situação facilitou, no século XX, a vigência de orientações autoritárias, tanto em regimes ditatoriais – Estado Novo e Ditadura Militar –, como em períodos considerados democráticos. Sem nunca ter adotado o totalitarismo em sentido estrito – com partido único e controle absoluto da sociedade pelo Estado –, o Brasil também nunca teve, por outro lado, uma experiência plena de democracia, pois ideologias autoritárias servem como referências de conduta social para grupos expressivos da elite até hoje. (Ginzburg, 2012, p. 476-477)

Quanto ao esclarecimento dos sequestros e execuções, em *K.* surge a expressão “totalitarismo institucional”, que “[...] exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois.” (Kucinski, 2014, p. 169). Por que *ainda* continua sendo uma tragédia? Não mais, talvez, porque a morte da filha não tenha sido comprovada. Mais, acredito, porque somente vinte e sete anos depois do término da ditadura militar brasileira uma comissão para julgar os crimes cometidos durante esse período tenha sido instituída. Impunidade e incapacidade de reconhecimento e respeito ao Outro. Incapacidade de reconhecer as trevas e de fazê-las espaço para interpelações.

Agamben afirma que o contemporâneo é quem encara o escuro do seu tempo. Contemporâneo é o fim que permanece. É o que está próximo a mim, (a)temporalmente. É o que me toca porque marcou a história e a sociedade em que vivo. São sintomas de um espaço anterior que detecto no momento presente e que exprimem sensações. Recentemente, li um artigo publicado por Ricardo Colturato Festi, professor de Sociologia no Colégio Técnico de Limeira, em São Paulo, no qual constavam algumas respostas para a seguinte indagação: “Professor, por que você tem falado tanto em ditadura?” (Festi, 2014). Em um primeiro momento, Ricardo sentiu-se afrontado pelo aluno, uma vez que para ele falar em ditadura militar, ainda mais sendo no ano em que se completam cinquenta anos do golpe militar, era falar em vinte e um anos de regime arbitrário, de torturas e de opressão. Autoexplicativo, basicamente. Que sensações a ditadura militar brasileira poderia causar em jovens que hoje têm menos de vinte anos? Por que sensações os jovens das décadas de sessenta a oitenta passavam? As sensações de um pai em busca de sua filha, eu pude perceber a partir do testemunho de *K.* Contemporâneo é, ainda, o que existe de comum entre esses dois tempos, o que perdura apesar do tempo que passa.

“De quem e do que somos contemporâneos?” e “[...] o que significa ser contemporâneo?” (Agamben, 2009, p. 57) são perguntas que inauguram o ensaio *O que é o contemporâneo?*, de Giorgio Agamben. Em relação ao ocorrido com o professor Ricardo e ao que resultou no artigo, parece-me que o questionamento do aluno aproxima-se do realizado pelo filósofo italiano: afinal, eu sou contemporâneo da ditadura militar brasileira? E quem responde à segunda indagação de Agamben é o professor Ricardo, uma vez que este tenta explicar aos alunos o porquê de ainda se falar em regime autoritário, ou seja, daquilo que os aproxima do período histórico que durou mais de duas décadas:

Por não se tratar de algo tão simples, escrevo este pequeno texto para responder ao meu aluno e refletir sobre a sua problemática. A verdade é que nem a data histórica, muito menos as pressões dos vestibulares são as razões de falar tanto sobre a ditadura. A importância do tema reside não no passado, mas no presente e, sobretudo, no futuro. Trata-se da sociedade em que vivemos e para onde queremos caminhar. [...] Não quero sugerir que a ditadura brasileira tenha sido semelhante ao holocausto nazista, pois há diferenças substanciais no contexto histórico e na quantidade de vítimas, mas, ao mesmo tempo, há muitos pontos de contato entre a barbárie europeia e a brasileira. Vê-se isso não apenas nas torturas, nos estupros, nos assassinatos e em toda forma de violência cometida pelos agentes da repressão estatal, mas, também, no silêncio e no medo generalizado frente a um regime autoritário. Há semelhanças, ainda, no fato de que toda sociedade que passou por algo assim, não importa a profundidade ou extensão disso, ficou marcada por muitas gerações. (Festi, 2014)

Por tudo que foi proibido e omitido durante os anos de chumbo no Brasil, é imprescindível reparar para entender as causas motivadoras desse período em que o livre-pensamento não era permitido, em que os desaparecimentos eram induzidos, em que a arte era censurada e em que as buscas por familiares eram incessantes, a fim de não somente manter-me atenta ao que está ocorrendo na contemporaneidade, podendo, assim, identificar semelhanças entre as épocas, mas ainda contribuir para que nada parecido se repita. Como professora, confesso que me sentiria incomodada se meus alunos me questionassem a respeito dos porquês de eu trazer à sala de aula um assunto *findado* há quase trinta anos. Senti-me afrontada ao ler o artigo, tão somente. No entanto, é meu dever explicar a eles que, ainda que o regime militar brasileiro tenha chegado ao fim em 1985 e que nem mesmo eu tenha vivido nos anos que compreendem esse momento, falar sobre ele não é meramente falar sobre um momento da história do País: as marcas – a que se referiu o professor – ainda podem ser sentidas. Como professora, sinto-me responsável pelos meus alunos e acredito que a construção de um ambiente crítico e afetivo de discussão resultará em consciências realistas, o que não significa pessimismo. O antigo é revisitado a partir da atualidade, que, por sua vez, guarda os rastros de um tempo anterior. Ser contemporâneo é assumir-se hoje como parte do tempo que foi, sendo isso também praticável pelo distanciamento entre as épocas:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (Agamben, 2009, p. 58-59)

O caráter testemunhal de *K.* é o que o torna contemporâneo:

A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que, exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua. (Kucinski, 2014, p. 27)

Quando K. encontra, escondida atrás de sua enciclopédia iídiche, a caixa azul em que estão guardadas algumas fotos de sua filha, questiona-se acerca do tempo perdido e do “[...] quanto da vida dela ignorara e ainda ignorava.” (Kucinski, 2014, p. 114). A compra do primeiro óculos, a ciência de que ela não era tão jeitosa aos olhos dos outros, o orgulho por ser doutora e professora da Universidade de São Paulo e a fragilidade dela que só agora, a partir dos recortes fotográficos, percebia. Ele não entendia de máquinas fotográficas, todavia conseguiu captar um pouco da alma delicada e sensível da filha desaparecida pelo que elas reproduziram no passado. Não encontrou fotos com ela, perturbou-se. Também não compôs um álbum de registros. O espaço que compreende a ausência de *mein tiere techeterl* não tem como ser preenchido completamente, por isso a literatura, o registro, a escrita, o testemunho, a voz que é dada aos sobreviventes, acredito, possibilitam certo alento. Compartilhar é alento. Falo ainda da ausência que, inconscientemente, K. propiciava enquanto sua filha estava *aparecida*. No capítulo “Uma carta a uma amiga”, a filha de K. expressa um pouco de sua relação com o pai que, apesar de já estar vivendo na clandestinidade, ainda o via: “Depois que se casou de novo ele se tornou mais carinhoso comigo, quer me agradar; acho que se agarra em mim por necessidade, como a filhinha daquela família que ele formou e que não existe mais. [...] Acabou a família e para ele só existe agora o iídiche.” (Kucinski, 2014, p. 49). A filha de K. é um pouco como o iídiche, se pensar na morte e na insistência do pai em lembrá-las. Assim como é questionado o sumiço da filha de K., o desaparecimento repentino da língua também é indagado.

A leitura de K. me fez investigar a origem do nome da rua em que moro em Porto Alegre. Fez-me (re)pensar os espaços em que circulo cotidianamente e que de cujas histórias não tenho conhecimento. De alguns lugares, não sei a procedência da nomeação. K. ratificou que, embora meu olhar seja sensível aos horrores que ocorreram há cinquenta anos, somente quem viveu esse período tem como saber o que ele foi. Nem ele realmente sabe. A filha de K. foi minha filha, o genro de K. foi meu genro. E K. foi meu pai, enquanto eu acompanhava o relato de sua busca. “A homenagem aos desaparecidos

políticos em placas de rua tinha a função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos.” (Kucinski, 2014, p. 161). Acredito, talvez ingenuamente, que o reparo efetivo – não o caricato e o propagandista – no escuro do meu tempo pode evitar a continuidade das circunstâncias que desencadearam os conflitos do século XX. Trago essa discussão à universidade para evitar que mais nomes de ruas simplesmente passem por mim.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio (2009). *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos.
- FESTI, Ricardo Colturato (2014). *Professor, por que você tem falado tanto em ditadura militar?* Disponível em: <http://sociolizando.wordpress.com/2014/03/28/professor-por-que-voce-tem-falado-tanto-em-ditadura/> . Acesso em: 04 set. 2014.
- GALEANO, Eduardo (2010). *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Editores.
- GINZBURG, Jaime (2012). *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: EDUSP.
- KUCINSKI, Bernardo (2014). *K. – relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify.